

De ministros, deputados e bifes

Adamar K. Sato

Já é prática habitual de políticos brasileiros e de seus arautos apostar na desinformação da maioria do nosso povo quando fazem declarações públicas doutrinárias. Nesta linha, o ex-ministro e hoje deputado federal Delfim Netto perpetrou mais um atentado contra a lógica, a economia e a história, ao afirmar recentemente que “para o funcionário público comer um bife, é preciso que esse bife seja retirado da mesa de algum trabalhador do setor privado”.

Essa “notável” definição já havia sido utilizada na primeira metade do século passado pelo economista francês Bastiat. O dr. Delfim, entretanto, não se limitou a construir uma imagem. Ele é o principal responsável em nosso país pela redução de tamanho do bife da classe média e do seu implacável desaparecimento da mesa dos trabalhadores mais pobres, como ministro plenipotenciário de vários governos do regime militar. Contudo, reconheçamos, ele se exime da culpa com graça verbal, refinado estilo frassista e espírito elegantemente irônico. Brilhante, mas longe de necessidade que o país tem hoje de discutir seus problemas reais com sinceridade.

O fenômeno inflacionário é realmente muito complexo e a busca de sua origem é sempre dominada pela controvérsia. Compreensível que assim o seja, na medida em que da resposta a essa questão originar-se-á toda uma série de consequências so-

bre a vida de milhões de seres humanos.

A despeito das filigranas teóricas, o que está por trás de tudo isso seria a causa do empobrecimento crescente dos trabalhadores. Assim, observamos dr. Delfim afirmar que “quem paga o déficit público é a redução real do salário do setor privado”. Ora, como o eminente economista sabe, a inflação não reduz o salário real somente do setor privado; mas toda e qualquer renda cuja fonte seja o salário. O sofisma é facilmente refutável quando se analisa o processo recente de concentração de renda, em que a massa salarial tem sido sistematicamente reduzida. O deputado do PDS conclui absurdamente ao acusar o trabalhador do setor público — também vítima do aumento de preços — é que embolsaria o chamado imposto inflacionário.

Na qualidade de ex-ministro e profundo conhecedor dos meandros por onde se esvai a riqueza nacional, ele sabe quem são os reais beneficiários do “imposto inflacionário”. Em respeito aos seus inegáveis conhecimentos técnicos, só podemos concluir que é para contribuir para afastar os olhos da opinião pública desses reais arrecadadores que ele aponta seu dedo acusador ao bife do funcionário público.

Na mesma linha, ele tem afirmado também que o “fenômeno inflacionário é extremamente complexo e uma vez iniciado ele tende a perpetuar-se através de vários mecanismos”. Contudo, nega-se a si próprio reduzindo este postulado inicial a uma única causa (excesso de demanda) e um

único vilão (o Estado, identificado como o funcionário público);

Todo esse raciocínio falacioso supõe a existência de pleno emprego dos recursos disponíveis da economia, tanto do trabalho como do capital. O que não se pode afirmar é que em uma economia com cerca de seis milhões de desempregados e ampla margem de ociosidade nas empresas, todo e qualquer déficit seja necessariamente prejudicial para o sistema econômico. Ou mesmo que a causa de tal déficit seja um elemento específico da despesa. É preciso, portanto, qualificar melhor essa questão para que não se caia em reducionismos enganadores. Estamos certos, porém, que o ex-ministro sabe disso, embora no país dos seus sonhos nem funcionários públicos nem trabalhadores do setor privado poderão comer bifes.

Deputado federal que é, o sr. Delfim Netto já deveria saber que não é mais possível, na presente etapa da democracia brasileira, aceitar que o debate econômico seja restringido a meias verdades, colocadas de forma axiomática. A história nos mostrou que a genialidade argumentativa pode ter, também, efeitos nefastos sobre a sociedade. Não podemos permitir que uma nova “Teoria do Bolo” apareça como verdade científica e termine, como já ocorreu antes, retirando mais bifes da mesa da maioria dos brasileiros.

■ Adamar K. Sato é coordenador do escritório de Brasília do governo paralelo do Partido dos Trabalhadores